

O ENGENDRAMENTO DE CONCEITOS EM LINGUAGENS DE ESPECIALIDADE, EM DISCURSOS LITERÁRIOS E EM DISCURSOS SOCIAIS NÃO-LITERÁRIOS

Maria Aparecida Barbosa (USP)

RESUMO

Este trabalho propõe-se a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. O estudo das estruturas e funções das unidades-padrão do plano cognitivo e do plano semiótico tem grande relevância, no âmbito das pesquisas lexicológicas, semânticas e terminológicas. São analisadas, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos constructos do primeiro nível – arquiconceito, meta-conceito, metametaconceito, com vistas à proposição de uma tipologia de campos conceituais; de outro, são examinadas diferenças conceituais e metodológicas entre conceito e definição, enquanto subsídios para a metodologia de configuração de traços semântico-conceptuais de um conceito.

Palavras chaves: Arquiconceito; Conceito; Metaconceito

INTRODUÇÃO

A articulação entre a semântica cognitiva e a semântica lingüística tornou-se um dos paradigmas das ciências da linguagem, em sua fase pós-moderna. Acreditamos, pois, da maior importância o desenvolvimento de modelos que possibilitem analisar e descrever o patamar da *cognição* e suas relações com o patamar da *semiotização* lingüística, especificamente, neste artigo, com o da *terminologização* (Barbosa, 1998a: 25-44).

Assim, nós nos propusemos, neste trabalho, a examinar aspectos importantes dos níveis conceptual, lexemático e terminológico do percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação. Analisamos, aqui, de um lado, a complexidade estrutural e funcional dos *constructos* do primeiro nível – *arquiconceito*, *metaconceito*, *metametaconceito* -; de outro, examinamos diferenças conceituais e metodológicas entre os processos de conceituar e de definir, de modo a obter subsídios, para uma metodologia de configuração dos traços semântico-conceptuais de um *conceito*. Isso torna possível, ainda, a caracterização de diferentes tipos de contextos, discursos manifestados em que são engendrados *conceitos*, por distintos processos. Tais contextos constituem as principais fontes de

que são extraídos os correspondentes traços semântico-conceptuais. Com efeito, é na instância discursiva que se produz a *cognição* e a *semiose*, se instaura a *conceptualização* de um ‘fato’, se engendra um *conceito* e sua manifestação lingüística. É no discurso manifestado, pois, que se presentificam os traços conceptuais, num procedimento de codificação; e é dele que se extraem, num procedimento de investigação, esses mesmos traços.

A FORMAÇÃO DO CONCEITO EM DISCURSOS DE DIFERENTES NATUREZAS

Analisando os contextos que sustentam e manifestam a complexa formação do *conceito*, no caso discurso técnico-científico, contextos constituídos de textos de especialistas e da mídia-, de que se extraem os traços conceptuais, formadores de tal *conceito*, ou no caso do discurso literário, ou, ainda, no caso de diferentes discursos sociais não-literários, verifica-se, como dissemos no item anterior, que alguns desses contextos privilegiam o *conceito stricto sensu*, outros, o *metaconceito* e, outros, enfim, o *metametaconceito*, sempre numa relação dialética de presentificação dos traços já existentes no sistema e a incorporação de novos traços decorrentes das circunstâncias específicas da enunciação e do enunciado em causa.

Com efeito, em cada universo de discurso o *processo de engendramento do conceito* tem aspectos bastante específicos, que requereriam um exame minucioso, já que esse *processo*, ao lado de outras *marcas*, pode ser um caracterizador importante de universos de discurso, enquanto classes de discurso, ou de discursos manifestados. Desse modo, o *processo* de neles enfatizar, ou o *conceito stricto sensu*, ou o *metaconceito*, ou o *metametaconceito*, bem como o *processo de criação* desses subconjuntos conceptuais, nesses universos, ao longo do percurso realizado pelo enunciador do discurso em questão, nas etapas da enunciação – da *cognição* à *semiose* -, constituem diferenciadores relevantes de cada um deles. Apenas esses dois aspectos serão aqui considerados, pois o exame exaustivo de todas as marcas dos universos de discurso escaparia aos limites deste artigo.

Antes, porém, parece-nos necessário retomar, neste momento, a

concepção de universo de discurso tal como formalizada por Pais:

Tomando-se a noção matemática de universo, como “conjunto de todas as partes”, torna-se possível elaborar uma concepção muito útil, o metamodelo de universo de discurso. Assim, este pode ser definido como um conjunto não-finito ou que tende ad infinitum, de todos os discursos manifestados que apresentam determinadas características e constantes, assim como determinadas coerções, suscetíveis de configurar uma norma. (...) A norma discursiva que lhe corresponde, definida por tais características comuns e constantes, bem como por tais coerções, configura, portanto, um conjunto de critérios de equivalência, pelos quais é lícito reunir diferentes discursos manifestados, discursos-ocorrências, numa classe de equivalência discursiva, o universo de discurso considerado. Essa norma é dinâmica, seja porque se reformula continuamente, ao longo do eixo da História, seja porque sofre a interferência de normas de outros universos de discurso. O sujeito falante-ouvinte dela tem ou pode ter uma noção intuitiva, ao passo que, do ângulo científico, assume sempre um valor estatístico (constantes em relação a variáveis) e nunca imperativo, já que um único e mesmo discurso manifestado poder pertencer simultaneamente a mais de um universo de discurso, como, por exemplo, o científico/pedagógico. Por outro lado, semelhante norma de universo de discurso compreende, na verdade, uma série de normas frásticas, lexicais, sintáticas, semântico-sintáticas e, por vezes, fonético-fonológicas, e outras tantas normas transfrásticas, narrativas e discursivas. Relativas à argumentação, à verificação, à verossimilhança ou à eficácia e às relações entre estas, às concernentes aos mecanismos de persuasão/interpretação, de manipulação e contramanipulação, a formulações específicas das relações enunciado/enunciação, das relações inter-subjetivas e espaço-temporais, como, ainda, as que dizem respeito às modalidades e às modalizações discursivas dominantes, ou às que estariam, em princípio, excluídas, e, enfim, aos processos de produção e sustentação de ideologia próprios aos diferentes universos de discurso (Pais, 1984: 44-45).

A essas normas julgamos necessário acrescentar os dois *processos* acima apontados, ou seja, as normas que se referem, respectivamente, ao *processo de criação do conceito, modus operandi* conceptual (A), instância do discurso em atualização, e ao *processo de seleção das pregnâncias*, na construção do *conceito lato sensu*, que se concluem, como *produto*, no discurso realizado (B), não só em discursos técnico-científicos, como também nos discursos literários e em distintos discursos sociais não-literários.

Vale a pena lembrar as palavras de Greimas, no tocante à organização dos discursos figurativos e não figurativos:

O rápido progresso de nossos conhecimentos sobre a organização dos discursos figurativos (folclore, mitologia, literatura) suscitou espe-

ranças quanto à possibilidade de uma classificação e de uma regulamentação das formas narrativas que dessem lugar a uma gramática e a uma lógica narrativas (...) Reconheceu-se, em seguida, a impossibilidade de construir gramática discursiva que não desse conta, também, dos discursos não figurativos – ou que assim o parecem –, que são os discursos desenvolvidos no vasto domínio das “humanidades”, que desconhecesse os discursos que desenvolvemos nós mesmos em ciências do homem (Greimas, 1976: 3).

Quanto ao processo de construção de um conceito, *modus operandi* conceptual (A), cabe ressaltar, antes de mais nada, que esse processo pode ser “vertical” – do “fato” para o patamar cognitivo –, ou pode ser desencadeado nas relações sintagmáticas de um discurso manifestado, em que o autor vai pouco a pouco construindo, no seu texto, um *conceito* qualquer. No segundo processo, a combinatória das palavras-ocorrência vai paulatinamente configurando o recorte conceptual que o autor tem de um ‘fato’. De outro ângulo, tem-se o percurso que toma como ponto de partida o discurso manifestado, para chegar novamente ao nível conceptual, que caracteriza o *fazer interpretativo do sujeito enunciatário*, ou, noutras palavras, um *processo semasiológico*, do signo para o *conceito*, realizado por quem ouve ou quem lê; qualifica-se, assim também, o percurso lexicográfico-terminográfico, enquanto processo que parte da manifestação do nível lexemático, com as seleções, restrições e combinações semânticas estabelecidas em discurso, para, num *metadiscurso* igualmente configurado como *fazer interpretativo*, articular semas representados por *metatermos lexemáticos*, operação de que resulta a *definição*.

Ainda na perspectiva do processo (A), deve-se observar que a construção do *conceito* assume características semânticas, sintáticas, semióticas, pragmáticas diversas, se ocorre nas linguagens de especialidade ou nos discursos literários e ou em outros discursos sociais não-literários: o modo de engendramento de um *conceito* está, pois, em *função do universo de discurso*.

Assinalemos, aqui, uma diferença relevante: no discurso científico, sujeito e anti-sujeito correspondem freqüentemente a interlocutores; no discurso literário, sujeito e anti-sujeito são instalados no texto pelo autor. No discurso científico/tecnológico, o engendramento de um *conceito* geralmente se dá em relações intertextuais/interdiscursivas de vários pesquisadores, simultaneamente à

formulação da teoria que o contém; no discurso literário, uma obra pode ser auto-suficiente, no engendramento de um *conceito*, numa intertextualidade intra e interdiscursiva. No discurso técnico-científico, teórico e/ou prático, assim como no discurso literário, o engendramento do conceito é sintagmático, narrativo, transfrástico; no discurso terminológico, é eminentemente paradigmático, como processo e produto final, embora resulte de extrações de contextos de natureza transfrástica.

Quanto ao processo de enunciação, é preciso considerar o papel actancial de Sujeito enunciador. No discurso técnico-científico, converte-se num ator individual e/ou coletivo, que sustenta, de toda maneira, a ‘visão de mundo’, os recortes culturais da comunidade científica e da área de especialidade em causa; no discurso literário, temos via de regra, um Sujeito enunciador que se converte, nas estruturas discursivas, em um ator (o autor, por exemplo, ou seu pseudônimo, ou um ator delegado, etc.); no discurso jornalístico e no discurso político, ainda que se manifeste um ator, este remete ao papel actancial de um sujeito enunciador coletivo, na medida em que deve representar aspirações, expectativas, exigências de um partido político, de uma classe social, de um grupo profissional.

Entretanto, nas relações que se estabelecem entre o *conceito*, no nível semântico-cognitivo, a *tematização* e a *figurativização*, no nível semiótico, como também no próprio processo de enunciação residem, quanto ao processo (A), as principais diferenças entre universos de discurso. De maneira geral, um *conceito* é convertido, no percurso gerativo da enunciação, em *temas*, abstratos, e em *figuras* que dão ‘corpo’, ‘espessura’ à idéia, acentuando seu efeito de sentido de veridicção ou verossimilhança, entendendo-se por tema a semiotização do conceito, por tematização, o processo de construção de idéias abstratas e, por figurativização, o processo de corporificação dessas idéias. Daí resultam as isotopias temáticas e as isotopias figurativas, enquanto processos de redundância sêmica. Nessas condições, um discurso filosófico, por exemplo, *tende* a ser mais abstrato, com maior incidência de isotopias temáticas; um texto literário *tende* a ser mais figurativo, com grande abundância de isotopias figurativas, embora tais distinções jamais sejam excludentes. Noutras palavras, são efetuados *recortes distintos*, tomando como ponto de partida *conceitos lato sensu*, ‘modelos mentais’. Nos discursos polí-

tico, jornalístico, publicitário, a (re)elaboração de um conceito, no nível semântico-cognitivo, resulta de um trabalho de equipe, na medida em que busca captar e/ou reconstruir o imaginário coletivo da sociedade ou de um segmento social. O sujeito enunciador do discurso político, por exemplo, geralmente não fala em seu próprio nome mas em nome das diretrizes partidárias e dos interesses que esse partido procura defender. Desse modo, o *processo de cognição*, de contínua reconstrução do ‘saber sobre o mundo’ assume características específicas, visto que se acha intimamente relacionado ao processo de ‘formulação do mundo’, de construção da ‘visão do mundo’ desse grupo, como é o caso, por exemplo, do mundo semioticamente construído pelos grupos políticos que defendem os interesses dos grandes proprietários rurais.

Da mesma forma, distingue-se o engendramento do *conceito* de *medo*, quando tratado num discurso científico como o da clínica médica, ou quando é processado numa tragédia, no teatro.

Assim, também, se pode tomar como pontos de partida, na conceptualização, os *conceitos* de *amor*, *morte*, *felicidade/infelicidade*, *possibilidade/impossibilidade* e conduzir à sua conversão em tema, no nível semiótico, chegando a “amor impossível”. Desse ângulo, é legítimo relacionar *Romeu e Julieta* e *Orfeu Negro*. No entanto, diferenciam-se claramente, no que tange à figurativização, à espacialização, à temporalização, nas estruturas discursivas.

Semelhante análise aplica-se a outro exemplo. O evento “bombardeio do Afeganistão”, tem um núcleo conceptual comum, a que chamaremos um *arquiconceito temático*, resguardadas as diferentes concepções e pregnâncias socioculturais – *metaconceito* – do ‘fato’. Nessas condições, estará contido em diferentes títulos de jornais, como, por exemplo, “Davi e Golias”, “Barbárie contra barbárie”, “Civilização contra barbárie”, dentre outros, cada qual suas especificidades temáticas – correspondentes a pregnâncias do *metame-taconceito*, dos semas conceptuais modalizadores -, figurativas, actoriais, espaciais e temporais.

Dessa maneira, o *arquiconceito* (nível conceptual) está contido no tema₁, subjacente ao título₁, no tema₂, subjacente ao título₂ e assim por diante. Como se vê, tema e título situam-se no nível semiótico.

Quanto a esse aspecto cumpre acrescentar que a *tematização* que se dá no nível discursivo ou de superfície de discursos manifestados e seus correspondentes textos é, sempre, o resultado da conversão, não só das estruturas narrativas e da semântica profunda, patamares do percurso gerativo da enunciação, no nível semiótico, mas também e, sobretudo, da *semiotização* (conversão) de um *conceito* (*conceptus*), do nível do metassistema conceptual, pré-lingüístico, pré-semiótico e trans-semiótico.

Desse modo, o *conceito*, enquanto ‘modelo mental’ ou, noutras palavras, enquanto conceptualização de uma experiência, funciona como um *arquiconceito temático* que orienta a *tematização* em diferentes discursos verbais, não-verbais e sincréticos, no interior de determinada cultura ou no âmbito de várias culturas – como foi o caso de *Romeu e Julieta* e de *Orfeu Negro* acima citados. Esse *arquiconceito* pode, é claro, apresentar nuances no tocante a diversos discursos e textos em que se manifesta, relativas a algumas *pregnâncias*. Mas o *núcleo de traços semânticos conceptuais*, definido pela intersecção de *conceitos* que *constitui* o *arquiconceito temático* assegura a *possibilidade de transcodificação, a intertextualidade e a interdiscursividade*. Ao mesmo tempo, o *arquiconceito* determina as *isotopias conceptuais* – que, no processo de semiotização, se convertem em *tematização* – e tem a *função* de um *critério de equivalência*, de um *tertius comparationis*, que justamente autoriza a *transcodificação, a intertextualidade e a interdiscursividade* já mencionadas, de tal forma que entre os discursos (processos) e os textos (produtos) estabelecem-se necessariamente as referidas relações interdiscursivas e intertextuais, precisamente porque subjazem àqueles discursos e textos – intraculturais ou interculturais – os mesmos *arquidiscursos* e *arquitexto* (Pais, 2001).

Isso significa que, no percurso que vai da conceptualização à semiotização houve uma *seleção* de traços semântico-conceptuais e o correspondente recorte do recorte cultural pré-existente, *em função* das *constantes* e *coerções* características de universos de discurso. Noutros termos, as *pregnâncias* são redirecionadas.

Veja-se o que sintetiza o seguinte esquema:

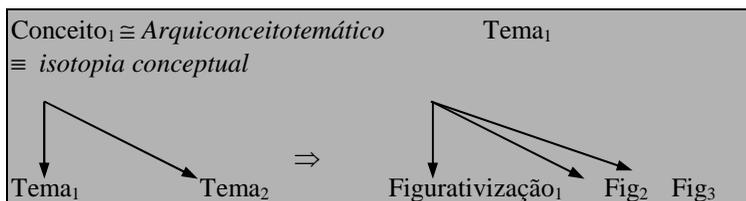


Figura 1: Do conceito e sua semiotização

Essa dominância de alguns elementos do *conceito* sobre outros constitui uma ‘escolha’ do Sujeito enunciator no processo de enunciação. Um dos aspectos que caracteriza a especificidade da cognição, em diferentes universos de discurso, são as distintas pregnâncias de um mesmo ‘fato’: cada universo de discurso apreende e reelabora certos traços semântico-conceptuais, deixando outros traços latentes. Conseqüentemente, o *conceito* vai ser tematizado e figurativizado, no nível semiótico, de acordo com as pregnâncias do Sujeito enunciator.

Quanto aos subconjuntos conceptuais suscetíveis de ênfase nos diferentes discursos, processo (B), diríamos que o discurso técnico-científico *tende a privilegiar o conceptus stricto sensu* – subconjunto dos traços que servem à conceptualização da semiótica natural – e, ainda, nos discursos que circulam na comunidade científica internacional, o *arquiconceptus*, multilíngüe e multicultural. O discurso literário *tende a dar ênfase ao metaconceptus* – subconjunto dos traços semântico-conceptuais culturais, produzindo simultaneamente, uma modificação do recorte cultural, própria de uma reconstrução particular do mundo semioticamente construído. O discurso político e o discurso jornalístico, por exemplo, *tendem a destacar o metametaconceptus*, subconjunto dos traços modalizadores, manipulatórios, em busca de *eficácia* discursiva.

Esquemáticamente, temos:

Universo de Discurso	<i>Modus operandi</i> conceptual	Tendência à dominância de subconjuntos conceptuais
Discurso terminológico	eminente paradigmático	<i>conceptus stricto sensu arquiconceptus</i>
Discurso técnico-científico	paradigmático-sintagmático	<i>conceptus stricto sensu arquiconceptus</i>
Discurso literário	eminente sintagmático	<i>metaconceptus</i>
Outros Discursos sociais não-literários	eminente sintagmático	<i>metametaconceptus</i>

Figura 2: Tendências de conceptualização

SEMIOTIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO

O quarto momento do percurso gerativo da enunciação de codificação é o da *lexemização*, que corresponde à conversão do *conceito* em *grandeza-signo*, *função semiótica* e/ou *funções metasemióticas*, ou seja, à passagem do nível cognitivo para o nível semiótico, à configuração do conceito em significação, precedente à sua atualização num discurso concretamente realizado.

Impõem-se, aqui, algumas observações. No processo de conversão do *conceito lato sensu* em unidade lexical, os três subconjuntos do primeiro – *arquiconceptus*, *metaconceptus*, *metametaconceptus* –, transformados em semas lingüísticos, passam a constituir o *semema* dessa unidade lexical, o qual, em nível de sistema, caracteriza-se como *polissêmico* e, muitas vezes, *polissemêmico*, ou seja, o *sobressemema*, não só por conter os traços semânticos dos três subconjuntos citados, mas também por conter, eventualmente, traços semânticos de outros *conceitos lato sensu*. É o caso, por exemplo, da unidade lexical *peça*, considerada em nível de sistema.

Por outro lado, um *conceito* pode ser representado, nessa instância de semiotização, por uma ou várias unidades lexicais, respectivamente, campos lexicais unitário ou múltiplo, num mesmo texto ou em textos distintos.

De outro ângulo, uma unidade lexical pode integrar vários campos lexicais, em nível de sistema e de discurso, em função dos recortes que sustenta e da rede de relações que se estabelecem entre conceitos afins, nos diferentes universos de discurso. Assim, por exemplo, *liberdade* pertence a um campo semântico do discurso político, na expressão *liberdade, igualdade, fraternidade* e pertence ao discurso publicitário na expressão “*you tem mais liberdade usando o cartão de crédito x...*”. No primeiro caso, liga-se aos conceitos de ideal de democracia e Estado de Direito, no segundo caso, ao conceito de poder aquisitivo.

Observemos, ainda, que esses processos se realizam com qualquer tipo de unidades lexicais – simples, compostas, complexas, textuais –, que, nesse nível de sistema, integram a *instância de competência* que precede e autoriza a sua atualização num discurso manifestado.

No processo de contextualização, tem-se um *epissistema* (simultaneamente, com a redução dos semas do *sobressistema*, ou seja, a seleção determinada por uma situação de discurso e de enunciação, e o acréscimo de semas do contexto, na combinatória sintagmática), de que resulta a *semiose*. Nesse nível, as unidades lexicais do discurso manifestado que representam o mesmo *conceito lato sensu* podem ocorrer como função semiótica, ou como metassemiótica *lato sensu*.

É imprescindível não confundir mas distinguir, com toda a clareza, de um lado, as relações que se estabelecem entre subconjuntos de traços semântico-conceptuais do *conceito lato sensu*, que se situam no *nível semântico-cognitivo, relações intra e interconceptuais*, e, de outro lado, as *relações de significação*, que se estabelecem, por sua vez, no *nível semiótico*, entre *denotação (grandeza-signo, ERC)*, *conotação (metáfora, metonímia, (ERC)RC)* e *metassemiótica propriamente dita, ER(ERC)*.

CONCLUSÃO

Constatamos a diversidade organizacional do *conceito*, com seus sucessivos conjuntos de traços caracterizadores – dos biológicos aos ideológicos –, bem como a existência do processo de neutra-

lização, também no plano conceptual, de que resulta o *arquiconceito*. Pudemos construir modelos que permitissem a descrição da estrutura dos *campos conceptuais unitário e múltiplo*, de seus respectivos *arquiconceitos, metaconceitos e metametaconceitos*, numa perspectiva mono e plurilíngüe. Pudemos, também, propor metodologia de engendramento de conceitos no domínio terminológico. O modelo foi aplicado à análise da formação do *conceito*, a fim de ressaltar a natureza multifuncional de *conceitos, campos conceituais, campos lexicais, campos terminológicos*.

Observamos, também, aspectos relevantes concernentes ao *modus operandi* conceptual e ao direcionamento das pregnâncias, como possíveis caracterizadores, dentre outros, de linguagens de especialidade, de discursos literários e de discursos sociais não-literários.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Maria Aparecida. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. *Acta Semiotica et Linguistica*. São Paulo, v.7, p. 25-44, 1998a.

———. Paradigmas de criatividade léxica. *Hommage à Mme. Le Professeur Simone Saillard. Textures. Cahiers du CEMIA*. Lyon : Département de Langues Romanes de l'Université Lumière Lyon 2, p. 385-405, 1998b.

———. Campo conceptual e campo lexical dos termos globalização e mundialização: relações. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 10, p. 29-52, 1999.

———. Estruturas e tipologia dos campos conceptuais, campos semânticos e campos lexicais. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 8, p. 95-120, 2000.

BÉJOINT, Henri; THOIRON, Phillippe *et al.* Notion d' "archi-concept" et dénomination. *Meta. Journal des Traducteurs*. Montréal, Presses de l'Université de Montréal, p. 512-523, 1996.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona : Editorial Antártida/Empuries, 1993.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo : DIFEL-SBPL, 1976.

PAIS, Cidmar Teodoro. Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso. *Revista brasileira de lingüística*. São Paulo, v. 7, p. 43-65, 1984.

———. *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systématique, lexicale et discursive*. Thèse de Doctorat d'État ès-Lettres et Sciences Humaines. Paris/Lille : Université de Paris-IV, ANRT, 1993.

———. Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde. *Hommage à Simone Saillard. Textures. Cahiers du C.E.M.I.A.* Lyon : Université Lumière Lyon 2, p. 271-311, 1998.

———. Semântica cognitiva, noêmica, semântica lexical e semiótica das culturas. SILVA, Dinorá Fraga da. e VIEIRA, Renata. (Orgs) – *Ciências cognitivas em semiótica e comunicação*. São Leopoldo : Ed. Unisinos, p. 13-50, 1999.

———. Conceptualização, interdiscursividade, arquiteyto, arquidiscursivo. *V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Livro de Resumos e Programação*. Rio de Janeiro : CiFEFiL, p. 67-68, 2001.

POTTIER, Bernard. *Théorie et analyse en linguistique*. 2 éd. Paris : Hachette. 1991.

———. *Sémantique générale*. Paris : P.U.F., 1992.

RASTIER, François. *Sémantique et recherches cognitives*. Paris : PUF, 1991.

———. Para uma poética generalizada. Tradução de C. T. Pais. *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v.8, p. 445-470, 2000.

**PROLIFERANDO IMAGENS
A SEMIÓTICA DE PAPA-CAPIM**

*Simone Zied Pinheiro (UFSCar)
Rejane Cristina Rocha (UNESP)*

RESUMO

Por intermédio de uma história em quadrinhos, "Objeto encontrado não identificado", discute-se a teoria semiótica, levando-se em consideração o signo triádico peirceano, o objeto segundo Moles e a questão da impregnação do analógico pelo digital no signo, proposta por Barthes.

Palavras-chaves: *Signo triádico; objeto analógico; digital.*

INTRODUÇÃO

A busca pela interpretação pode ser considerada um dos primeiros questionamentos humanos. A indagação "o que significa isso?" persegue o ser humano antes mesmo que ele possa formular tal pergunta verbalmente. Essa busca pode ser bem exemplificada pela história em quadrinhos (HQ) "Objeto encontrado não identificado". Nela, o pequeno índio Papa-Capim encontra essa mesma indagação diante de um objeto que lhe é estranho. A angústia expressa em seu rosto acaba por contagiar também sua comunidade tribal, que passa a produzir diversos significados por meio de um único objeto.

É preciso responder à questão "o que é isso que está diante de mim?", pois ela, que tem um cunho filosófico, é a mesma que se encontra em todo o ser humano. O que esta HQ faz é evidenciar a busca por uma interpretação da realidade que nos circunda.

Portanto, o que se propõe neste artigo não é uma análise aprofundada nem mesmo um inventário da teoria semiótica, mas sim uma reflexão a propósito de pontos que, suscitados pelas nossas leituras, julgamos importantes no quadro da referida teoria.

Acerca desses pontos da teoria semiótica, optamos por uma metodologia empírico-indutiva, caminhando do particular para o universal; ou seja, partimos de uma história em quadrinhos ("Objeto encontrado não identificado") – que julgamos como "verdadeira aula de semiótica" – em direção à teoria propriamente dita.

O corpus conceitual, então, será tratado no decorrer das análises suscitadas pela história em quadrinhos (HQ) escolhida. Recortaremos alguns conceitos-chave, como: *signo*, *semiose ilimitada* (ambos segundo Peirce), reflexões acerca do *objeto* (na concepção de Moles), relações entre *analógico* e *digital* (segundo Barthes). Algumas dessas precisões conceituais tornam-se necessárias para escaparmos das armadilhas polissêmicas que permeiam muitos dos conceitos semiolinguísticos. Quanto ao corte epistemológico na semiótica, privilegia-se a questão do objeto: é por meio dele que se estudará o signo.

PROLIFERANDO IMAGENS: A SEMIÓTICA DE PAPA-CAPIM

Impregnando o analógico pelo digital

"Objeto encontrado não identificado" é uma história apenas icônica, ou seja, é um texto não-verbal, sem os tradicionais balões das HQs.

O que se narra é a história de um objeto encontrado por um curumim chamado Papa-Capim. Ele leva o objeto – que o leitor sabe tratar-se de um aviãozinho de brinquedo – para diversos membros de sua aldeia a fim de analisarem o que ele significa.

É interessante observar que, menos preocupados com a função do objeto encontrado, os índios querem, mesmo, é entender o seu significado na cultura do "homem branco". Sabemos que Papa-Capim identifica o objeto como pertencente a uma outra cultura que não a sua, nem a das tribos vizinhas, e que não se trata de algo da natureza.

Cada um dos índios que toma contato com o objeto atribui a ele um sentido diferente, chegando a uma calorosa discussão. Por fim, um menino branco – provável dono do objeto – encontra o aviãozinho e, ao brincar com ele, revela para a tribo atônita seu sentido convencional. Posteriormente, para se ter um efeito final cômico, a mesma dúvida intrigante é suscitada por um objeto indígena em um grupo de antropólogos.

Se pensarmos no signo peirceano como uma combinação triá-

dica em que um dos elementos é o *objeto*¹ e que o seu sentido é construído por meio do *representamen*² e do *interpretante*³ – os outros dois correlatos do signo –, o percurso narrativo dessa HQ metaforiza o modo como um objeto assume um determinado significado.

O signo aviãozinho produz diferentes sentidos na mente de cada índio que entra em contato com o brinquedo: a pequena índia o interpreta como um adorno para cabelos; o outro curumim, como instrumento musical; o pajé, como artefato místico; e o índio adulto como um utensílio cortante. A interpretação do objeto varia de acordo com a realidade e prioridades de cada índio. Tal objeto antes de adquirir um caráter funcional, tem um valor significativo, pois remete à própria individualidade cognitiva de cada um deles.

Essa "plurinterpretação" é possível porque o *representamen* do signo aviãozinho é ausente para os membros da tribo que o manipulam. Se não há uma identificação definitiva do objeto, cada um que com ele toma contato pode atribuir-lhe a acepção que bem entender. Em suma, o *representamen* está ausente no interior dessa historinha pelo fato de que os índios não identificam o objeto em questão, por isso ele pode assumir uma série de significados.

Prova da ausência do *representamen* do signo aviãozinho é o fato de que a fruta, colhida por Papa-Capim, possui um *representamen* exposto, apesar de estar na mesma HQ e de em nenhum momento ser nomeada verbalmente. Portanto, é a postura de Papa-Capim e de sua amiga diante da fruta que mostra que esta é identificada por eles.

Essas diversas acepções expressam muito a respeito de quem é o doador de sentido que, para compensar a ausência do *representamen*, demonstra os diferentes significados possíveis do objeto por

¹ Segundo Peirce, o objeto de um signo é aquele que "pressupõe uma familiaridade com algo de sorte a veicular alguma informação adicional concernente a esse algo". (PEIRCE, 1975, p. 96).

² O *representamen* "é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém". (PEIRCE, 1975, p. 94)

³ O *interpretante*, terceiro correlato do signo, é aquele que "dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou, talvez, um signo melhor desenvolvido". (PEIRCE, 1975, p. 94)

meio de gestos. A pequena índia entende o objeto como um adorno e o expõe como tal ao desfilar com ele preso nos cabelos; o Papa-Capim identifica o objeto como um instrumento para alcançar outras coisas e explica o seu sentido, colocando-o em uso; e mais ainda: sabemos que o índio mais velho – cuja cabeça é ornada por plumas – é um pajé, não só por estas particularidades, mas, sobretudo, pelo fato de conceber o significado do aviãozinho numa dança ritualística.

A ausência do *representamen* abre espaço para uma visível semiose ilimitada, pois a carga conotativa do signo aviãozinho admite várias possibilidades de interpretação, ou seja, "todo o conjunto das constelações de atributos que vem carregar o signo ou as reuniões de signos" (Moles, 1972:19) surgem pela multiplicidade de possibilidades que a falta de um *representamen* fixo produz. No entanto, é preciso esclarecer que a semiose ilimitada ocorreria independentemente da ausência ou presença do *representamen*. Mas a ausência deste correlato potencializa a explicitação dos múltiplos *interpretantes*. Prova disso é o fato de os índios buscarem diversos *interpretantes* no intuito de também encontrarem um *representamen* que veicule o sentido do objeto que têm diante de si.

Para Barthes (1982:25), a questão da semiose ilimitada ou a sucessão de *interpretantes* é entendida como um processo analógico, que consiste na produção de *interpretantes ad infinitum*. Por isso, em *Elementos de Semiologia* (1996:55), o autor propõe uma "impregnação do analógico pelo digital", ou seja, a busca de uma precisão que, em meio à subjetividade, possibilite um estudo profícuo do signo. A HQ metaforiza esse processo quando narra as diversas investidas dos índios em direção ao objeto não identificado. Ou seja, o objeto que gera distintos *interpretantes* na mente de cada índio – e, por isso mesmo, apresenta-se como um objeto analógico – deve ser impregnado pela objetividade, pelo digital. O digital é, portanto, aquele elemento que confere a essa gama de possibilidades uma sistematização para a análise do objeto.

Retomando os conceitos peirceanos, o que acontece durante esse processo de busca do *representamen* e, conseqüentemente do *interpretante*, é que não existe ainda um signo definitivamente construído ou formado. Isso porque entendemos o signo como Peirce o descreveu, ou seja, como uma relação triádica entre *representamen*, ob-

jeto e interpretante e, no caso, apenas o *objeto* está definido para tribo. Em suma, o processo narrativo da HQ tematiza a relação triádica entre os correlatos do signo.

Deixando a macro-discussão e pensando em uma especificidade do signo, esta HQ apresenta uma série de signos indiciais com os quais não nos preocuparemos, posto que eles apenas ajudam a compor o cenário, tais como as cores utilizadas para compor o fundo dos quadrinhos, que informam que é dia e que não está chovendo.

Vamos nos ater, então, aos principais signos orientadores icônicos e simbólicos, como o ícone aviãozinho e os símbolos da nota musical e do assobio.

Percebe-se que há uma tentativa, por parte dos índios, de encontrar um elemento orientador para o objeto não identificado: já que o *objeto* por si só é desorientador para a comunidade em questão, ela desenvolve uma orientação de outra ordem, a saber, uma orientação icônica. O aviãozinho adquire uma feição enigmática para a comunidade em razão de sua não-decodificação pelo grupo, o que o torna um objeto desorientador. Para suprir essa deficiência diante do objeto, a comunidade estabelece orientações icônicas, valendo-se de gestos para identificar o objeto em questão: o modo encontrado por ela para explicar o signo aviãozinho é colocá-lo em funcionamento.

Por outro lado, os símbolos da nota musical e do assobio são extremamente orientadores. Observe-se que o símbolo musical possui um duplo aspecto: é, ao mesmo tempo, um símbolo do som emitido no interior da HQ (relacionado aos índios que o ouvem) e um símbolo de notas musicais (relacionado ao leitor que o vê). No interior da HQ – que é a dimensão que mais nos interessa –, o som produzido pelo aviãozinho orienta Papa-Capim e sua amiga para a impossibilidade desse ser um instrumento musical, posto que produz um som ruim – o que é percebido pelo leitor pela aparência distorcida das notas musicais.

No que diz respeito ao símbolo assobio, percebe-se que ocorre também o duplo aspecto assinalado acima. A comunidade indígena aceita o aviãozinho como objeto lúdico quando percebe a apropriação do objeto pelo garoto branco, e o assobio é um símbolo orientador porque expressa a afinidade e a familiaridade do garoto com o

seu objeto.

Segundo Peirce (1975:105), há, na prática, apenas dez possibilidades de arranjo de classes de signos. Numa situação cotidiana, o aviãozinho seria um *sin-signo icônico (remático)*, porque seria um signo concreto, que é representado por uma figura que muito se assemelha ao objeto e produz na mente do interpretador uma idéia determinada. No entanto, o aviãozinho da HQ passa a ter uma série de *interpretantes* distintos, informando o que é prioridade ou o que se passa na mente de cada um dos índios quando estes entram em contato com o objeto. Assim, o *sin-signo icônico*, que para Peirce só pode ser *remático*, passa a ser *discente* por veicular os diversos sentidos que o objeto passa a ter na mente de cada índio. Não é, contudo, um *argumento*, por não produzir uma explicação do porquê o aviãozinho é tal tipo de instrumento ou outro qualquer. É importante frisar que Peirce, e mesmo Nöth, não concebem um *sin-signo icônico dicente* porque eles tratam de signos identificados, mas o aviãozinho de brinquedo é um signo ainda não decodificado pela tribo indígena da historinha.

Papa-Capim não papa tanto capim assim...

Se para Peirce (1975:99) o objeto é um dos correlatos do signo, em Moles (1972), esse mesmo termo será tratado de forma diferente. Moles investiga uma outra questão: a do objeto concreto com tamanho e natureza específica, que se encontra fora do sujeito e para o qual este último tende. Neste sentido, o objeto é fruto do labor humano; ele não faz parte do universo da natureza. Além disso, Moles confere ao objeto a característica de ser facilmente manipulável e locomóvel, o que expulsa desta categoria casas ou móveis excessivamente pesados.

Assim, o avião de brinquedo é um objeto também na concepção de Moles, visto que ele é um vetor de comunicação, ou seja, o objeto é,

no sentido sócio-cultural do termo, elemento de cultura (...) é a concretização de um grande número de ações do homem, da sociedade e se inscreve no plano das mensagens que o meio social envia ao indivíduo ou, reciprocamente, que o *homo faber* subministra à sociedade global. (...) A própria existência do objeto é, portanto, mensagem de um indivíduo a outro, do coletivo, criador ou

vendedor, ao particular. (MOLES, 1972:11)

Entretanto, essa comunicação encontra-se truncada, já que o aviãozinho tem o seu sentido alterado, pois se encontra em posse de uma comunidade que não domina o seu uso, sua confecção e nem mesmo a sua criação. Por ser um objeto não identificado, o avião perde sua função e sentido originais para admitir outros não concebidos pela sociedade que o produziu.

Interessante é perceber que esse procedimento investigativo que leva a tribo indígena a questionar e conferir significados ao objeto é o mesmo levado a cabo, no último quadrinho, por um grupo de antropólogos que analisa um objeto indígena. Este, totalmente estranho à comunidade à qual os antropólogos pertencem, sofre a mesma alteração do sentido que o outro objeto, avião de brinquedo, sofrera.

A análise realizada pela tribo indígena também pode ser considerada antropológica, porque procura entender qual é o significado "real" do objeto na sociedade que o confeccionou. E a avaliação do objeto em questão é feita valendo-se do próprio referencial que os índios possuem: a tribo experimenta, discute e levanta hipóteses no intuito de encontrar o sentido do objeto.

No desenrolar das ações dos índios, observa-se que, de início, Papa-Capim faz a descoberta do objeto, constatando que o mesmo não é identificado. Logo a seguir, começa por observar o objeto em questão. Aos poucos, Papa-Capim reúne um grupo para investigar a utilidade do objeto, o que suscita uma discussão calorosa com o desenvolvimento de hipóteses e de diferentes teorias. E, por fim, descobre-se o sentido que o objeto possui em seu contexto. Este é o mesmo tipo de procedimento e metodologia utilizados na investigação promovida pelos antropólogos em relação ao objeto indígena não identificado, com uma significativa diferença: enquanto a tribo indígena procurava contextualizar o significado do objeto em sua própria cultura, de acordo com os seus próprios referenciais práticos e cognitivos, o grupo de antropólogos investiga o significado do objeto indígena tomando por base não a sua cultura, mas a cultura da qual este é proveniente e, da qual, o grupo já tem algum conhecimento. Prova disso é que, no último quadrinho, o grupo de antropólogos discute o significado do objeto em questão remetendo-

se à tribo indígena e às possíveis utilizações do objeto em seu con-

texto.

Para Moles (1972:11), o objeto assume diferentes aspectos no modo de comunicação. Ele pode ser um portador de forma, e as formas do aviãozinho e do objeto indígena produzem reações e estimulam reflexos motores. Por exemplo, ao passo que o formato das asas do avião pode sugerir a um dos membros da comunidade que se trata de um objeto cortante, visto que se assemelha ao de uma lâmina, no caso do objeto indígena, o formato alongado da haste sugere ao homem branco tratar-se de um instrumento de sopro.

O objeto também promove uma determinada cultura. É precisamente por causa dessa cultura produzida que nem índios, nem antropólogos conseguem uma identificação acertada do objeto em questão. Desvendar sua "real" utilidade é também descobrir a conotação que assume no seu contexto de origem; é desvelar a cultura desse objeto.

Um outro aspecto distinto que o objeto assume como modo de comunicação relaciona-se com o "contato humano interindividual" (Moles, 1972:12) que ele proporciona. "O objeto é mais ou menos personalizado, mais ou menos assinado, menos por seu criador que por seu remetente" (Moles, 1972:12). Mais do que o tipo de contato humano sugerido por Moles, trata-se aqui de um "contato humano interindividual" de um tipo específico: é um contato humano cognoscente, já que a comunidade indígena se reúne em torno do objeto para descobrir, conhecer e debater o seu significado.

CONCLUSÃO: OBJETO ENCONTRADO. IDENTIFICADO?

O questionamento em que se apóia o título acima é relevante e, antes de discuti-lo, é necessário que se percorra, que se precise, o conceito de identificar.

Entende-se por identificar, segundo o dicionário *Michaelis* (1998) o ato de "tomar ou declarar idêntico; considerar duas coisas como idênticas, dando a uma o caráter da outra". A identificação do signo ocorre porque há uma equivalência entre o *representamen*, o *objeto* e o *interpretante*.

No entanto, na HQ analisada, o aviãozinho não é identificado

inicialmente por dois motivos: se, por um lado há um problema de cognição do objeto em questão, por outro, há a questão da volição da tribo indígena que com ele toma contato. O objeto aviãozinho não é conhecido pelos índios e, por isso, não há uma unanimidade quanto à sua funcionalidade, quanto à sua significação. Além disso, o objeto está à mercê da volição de cada um dos índios que o manipula.

Percebe-se, então, que a questão central não é se a tribo indígena consegue ou não identificar o objeto – já que, na verdade, a tribo produz várias identificações, de acordo com a volição de cada um de seus membros, mas se ela é ou não capaz de chegar a um acordo a respeito desta identificação plural.

A unanimidade só ocorre porque o menino branco, ao manipular o objeto aviãozinho, transmite à tribo a sua familiaridade, intimidade com ele. O garoto tem a autoridade do conhecimento, por isso pode conferir ao objeto uma identidade "definitiva".

BIBLIOGRAFIA

BARTHES, Roland. A escrita do visível. In: —. *O óbvio e o obtuso*. Coleção signos. Trad. Isabel Pascoal. Lisboa : Edições 70, 1982.

———. *Elementos de semiologia*. Trad. Izidoro Blikstein. 11ª ed. São Paulo : Cultrix, 1996.

MICHAELIS: moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo : Melhoramentos, 1998.

MOLES, Abraham A. Objeto e Comunicação. In: — et al. *Semiologia dos Objetos*. Trad. Luiz Costa Lima. Petrópolis : Vozes, 1972.

NÖTH, Winfried. *Panorama da Semiótica*: de Platão a Peirce. São Paulo : Annablume, 1995.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. Trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. 2. ed., São Paulo : Cultrix / EdUSP, 1975.

SOUSA, Maurício de. Objeto Encontrado Não Identificado. In: —. *Revista Chico Bento*. São Paulo : Globo, n. 318, março/1999, p. 20-3.